

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2021.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2020	2019		Nota Explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.756.841	11.228.191	Fornecedores	9	932.842	733.137
Recursos vinculados a projetos	5	570.846	543.813	Obrigações trabalhistas	10	2.833.033	3.057.315
Venda de ativos a receber		27.739	27.739	Obrigações tributárias		165.864	161.144
Aluguéis a receber		360.068	447.474	Receita diferida	11	449.136	379.020
Doação - Cartão de crédito		1.018.500	827.468	Outras contas a pagar		137.396	183.275
Adiantamentos a empregados		442.214	364.635			4.518.271	4.513.891
Adiantamento a fornecedores		16.895	11.534	Não circulante			
Despesas antecipadas		35.133	34.036	Receita diferida	11	5.381.762	5.172.078
Outros créditos		73.891	310.422	Provisão para demandas judiciais	12	514.100	621.779
		15.302.127	13.795.312			5.895.862	5.793.857
Não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	12	2.403.452	2.338.761	Patrimônio social	13	24.337.150	17.999.440
Depósitos em caução de aluguel		238.160	154.200	Superavit acumulado		1.201.103	6.337.710
Propriedades para investimentos	7	1.825.789	1.885.123			25.538.253	24.337.150
Imobilizado	8	16.163.963	16.429.624	Total do passivo e patrimônio líquido			
Intangível		18.895	41.878			35.952.386	34.644.898
		20.650.259	20.849.586				
Total do ativo		35.952.386	34.644.898				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota Explicativa	2020	2019
Receitas			
Doações internacionais	16.1	10.600.547	9.653.519
Subsídios governamentais	16.2	25.005.127	26.859.859
Doações nacionais	16.3	28.175.544	16.857.402
Aluguéis	7	2.457.033	2.508.876
Receitas com trabalho voluntário	22	721.897	692.600
		<u>66.960.148</u>	<u>56.572.256</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	17	(32.063.430)	(29.218.242)
Despesas gerais e administrativas	18	(26.074.587)	(21.589.442)
Despesas com captação de doações voluntárias	19	(6.469.625)	(7.661.403)
Depreciação e amortização		(1.109.017)	(1.092.131)
Despesas com trabalho voluntário	22	(721.897)	(692.600)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	20	1.065.106	10.077.278
		<u>(65.373.450)</u>	<u>(50.176.540)</u>
Superavit operacional antes do resultado financeiro		<u>1.586.698</u>	<u>6.395.716</u>
Despesa financeira	21	(666.417)	(567.958)
Receita financeira	21	280.822	509.952
Resultado financeiro líquido		<u>(385.595)</u>	<u>(58.006)</u>
Superávit líquido do exercício		<u><u>1.201.103</u></u>	<u><u>6.337.710</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

	2020	2019
Superavit líquido do exercício	1.201.103	6.337.710
Resultado abrangente do exercício	1.201.103	6.337.710

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superavit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.270.149	1.729.291	17.999.440
Incorporação do superavit ao patrimônio social	1.729.291	(1.729.291)	-
Superávit líquido do exercício	-	6.337.710	6.337.710
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.999.440	6.337.710	24.337.150
Incorporação do superavit ao patrimônio social	6.337.710	(6.337.710)	-
Superávit líquido do exercício	-	1.201.103	1.201.103
Saldos em 31 de dezembro de 2020	24.337.150	1.201.103	25.538.253

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	1.201.103	6.337.710
Ajustes do superávit líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.109.017	1.088.096
Valor residual do ativo imobilizado baixado	76.831	196.791
Aumento líquido/(redução) em provisões para demandas judiciais	4.650	(1.524.035)
Atualização de depósitos judiciais	(50.559)	15.741
Receita diferida	279.800	121.610
	<u>2.620.842</u>	<u>6.235.913</u>
Aumento líquido/(redução) em ativos		
Recursos vinculados a projetos	(27.033)	(53.307)
Aluguéis a receber	87.406	(38.896)
Doação - Cartão de crédito	(191.032)	(219.739)
Adiantamento a empregados	(77.579)	58.832
Adiantamento a fornecedores	(5.361)	3.466
Despesas antecipadas	(1.097)	9.952
Outros créditos	236.531	(44.421)
Depósitos em caução de aluguel	(83.960)	(13.110)
Depósitos judiciais	79.137	19.775
Aumento líquido/(redução) em passivos		
Fornecedores	199.705	524.896
Obrigações trabalhistas	(224.282)	325.946
Obrigações tributárias	4.720	39.941
Pagamento de demandas judiciais	(205.596)	(119.737)
Outras contas a pagar	(45.879)	95.927
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>2.366.522</u>	<u>6.825.438</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(837.872)	(2.810.697)
Promessa de venda de imóvel	-	(4.700.000)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(837.872)</u>	<u>(7.510.697)</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.528.650</u>	<u>(685.259)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.228.191	11.913.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.756.841	11.228.191
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.528.650</u>	<u>(685.259)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação" ou "Aldeias") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua Maracaju, 26 - Vila Mariana - São Paulo - SP e 22 filiais distribuídas em 10 Estados e no Distrito Federal. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários), sócios nacionais e estrangeiros e financiamentos públicos e privados.

Em 2020, a Administração renovou e realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais, gerando receitas no exercício no valor de R\$ 25.005.127 (R\$ 26.859.859, em 2019), com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos da crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 2013 a SOS Kinderdorf International criou o Sustainable Path Implementation Fund ou Fundo de Implementação da Via Sustentável (SPIF). O principal objetivo do SPIF é auxiliar 35 países, entre eles o Brasil, a alcançar a autonomia financeira até 2020. Nos quatros primeiros anos (2014, 2015, 2016 e 2017), os recursos obtidos foram aplicados na formação da infraestrutura necessária para a Captação de Recursos e na reestruturação dos Programas.

Em 2018 houve uma redução no investimento na captação por ausência de financiador externo o que levou a uma renegociação da data limite da auto sustentabilidade para 2022.

O ano de 2020 trouxe para as Aldeias Infantis SOS Brasil um desafio que ainda não tínhamos enfrentado, a pandemia, o vírus COVID-19.

Para este enfrentamento a Associação Nacional criou e/ou adotou e colocou em prática vários protocolos nacionais e internacionais, os quais serão descritos a seguir:

Recursos Humanos

Saúde

- Foram realizadas discussões técnicas entre as operadoras de saúde, Holden e Aldeias Infantis;
- Realizado o acompanhamento pelo App RH dos casos suspeitos ou confirmados;



- Roda de conversa com ação direta, acompanhamento da saúde emocional e apoio nas situações necessárias;
- Afastamento e monitoramento de colaboradores do grupo de risco (colaboradores com doenças crônicas, idosos, diabéticos, cardíacos, pacientes em tratamentos oncológicos entre outros);
- Materiais periódicos informativos: prevenção, isolamento, quarentena entre outros;
- Aplicativo de monitoramento e análise de sintomas, incluindo procedimentos a serem adotados;
- Roda de conversa virtual com a participação de um profissional de saúde para orientação aos colaboradores sobre o Coronavírus;
- Roda de conversa virtual sobre "O trabalho técnico frente a pandemia. Pensando em como cuidarmos de nós e das outras"; e
- Roda de conversa "Como cuidar da Saúde Mental e organizar a rotina durante a quarenta" para os cuidadores das Casa Lares.

Operação

- Alteração da Modalidade de trabalho: Home office
- Criação do novo plano nacional de formação (virtual) com base no momento existente:

Principais desafios

- Acessibilidade e conexão;
- Dificuldade dos Cuidadores com o manuseio das tecnologias;
- Adaptação a nova Metodologia;
- Realização de atividades de aprendizagem - participação/interação;
- Tempo da formação/Dispersão.

Resultados

- Abrangência na participação, possibilitando atingir a um maior número de Colaboradores;
- Estímulo ao Cuidadores para utilizar as ferramentas digitais;
- Colaboradores fortalecidos para enfrentar os desafios da pandemia;
- Formamos em média 211 colaboradores por mês em diversos temas.
- Suspensão de todas as formações presenciais e viagens nacionais e internacionais;
- Análises jurídicas e Informes trabalhistas relacionados a situação, como decretos e medidas provisórias;
- Plano de Contingenciamento: Não suspender 100% dos serviços;
- Plano de retomada de serviços/ações administrativas - retorno do isolamento;
- Diretrizes governamentais/ Plano gradual e escalonado;
- Desinfecção do ambiente;
- Medidas individuais;
- Colaborador sintomático;

- Protocolo para utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- Casos Suspeitos de Contaminação;
- Casos Confirmados.

Programática

- Protocolo de Contingência e Procedimentos - Atualizado Semanalmente;
- Fortalecimento Familiar - Apoio as Famílias Atendidas por Contato Remoto e Visitas Domiciliares (Somente Em Casos Muito Críticos);
- Acompanhamento Semanal dos Pontos Focais para Evitar Situações de Desproteção;
- Suspensão dos Projetos de Contraturno Escolar, Creches e Empregabilidade de Acordo com os Decretos Locais;
- Identificação de Crianças e Adolescentes Acolhidos que Pertencem ao Grupo de Risco (Por Localidade);
- Apoio a Jovens Através de Ligações Telefônicas, WhatsApp e Rodas Virtuais;
- Definição de Medidas para Manejo de Casos Suspeitos, Isolamento, Internação e Quarentena;
- Reorganização da Equipe da Área para Implementação do Protocolo de Crise;
- Biblioteca de Materiais de Apoio Atualizada Semanalmente;
- Plano de Apoio as Equipes Técnicas e Mães e Pais Sociais;
- Comitês de Crise Locais: Reuniões Semanais com cada Localidade para Antecipar Problemas e Riscos e Buscar Soluções Locais;
- Reuniões Semanais com o Escritório Regional;
- Negociação com Parceiros para Redirecionamento de Recursos de Projetos Suspensos;
- Negociação com Parceiros Locais para Manutenção dos Financiamentos dos Serviços;
- Elaboração do "Projeto Apoio Emergencial" as famílias;
- Mapeamento de Oportunidades no Mercado para Apresentação de Respostas de Emergência no Período Pós Pandemia.

Operação Financeira e Captação de recurso

Mesmo com toda a situação gerada pela pandemia, as Aldeias Infantis SOS Brasil durante todo o período de 2020 honrou todos os seus compromissos assumidos tanto com fornecedores, como com seus colaboradores.

Foi criada a Campanha de Captação Emergencial Nacional, que arrecadou não somente recursos financeiros em espécie, mas também muitas mercadorias (Máscaras, luvas, equipamentos de proteção e higiene) para o enfrentamento da pandemia.

Recebemos também recursos internacionais exclusivos para projetos de enfrentamento à pandemia.



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação era composta por 23 programas, constituídas, principalmente, por Casas Lares ("Aldeias") e Outros.

Segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

Estado	Cidade	Atendidos		
		Casa Lar	Outros (a)	Total
AM	Manaus	-	1.026	1.026
BA	Lauro Freitas	9	64	73
BA	Camaçari	8	-	8
DF	Brasília	-	240	240
MG	Juiz de Fora	-	290	290
PB	João Pessoa	-	523	523
PE	Igarassu	10	202	212
PE	Araçoiaba	-	64	64
PE	Recife	28	-	28
PE	Paulista	-	70	70
PR	Foz do Iguaçu	32	226	258
PR	Goioerê	6	40	46
PR	Cia Norte	5	-	5
RJ	Rio de Janeiro	-	119	119
RN	Caicó	19	423	442
RN	Natal	20	-	20
RN	Mossoró	4	-	4
RS	Porto Alegre	43	18	61
RS	Santa Maria	11	-	11
RS	Capão da Canoa	17	-	17
SP	Campinas	48	184	232
SP	Limeira	30	13	43
SP	Lorena	28	68	96
SP	Poá	32	95	127
SP	São Bernardo do Campo	18	233	251
SP	São Paulo	19	319	338
Total em 2020		387	4.217	4.604
Total em 2019		475	2.975	3.450

A contagem dos atendidos passou por uma revisão metodológica a partir da orientação programática em 2020.

Em primeiro lugar, retomamos o conceito do nosso grupo meta: "crianças e adolescentes que perderam o cuidado parental ou que correm o risco de perdê-lo". Através deste contexto, reduzimos os serviços que atendem ao grupo meta como sendo:



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

- a) Acolhimento em ambientes familiares (casas lares);
- b) Jovens emancipados egressos do acolhimento - residência assistida;
- c) Famílias em situação de vulnerabilidade que correm o risco de perda do poder familiar (fortalecimento familiar).

Nos dois primeiros casos, os possíveis irmãos estão alheios a qualquer intervenção de nossa parte por determinação judicial ou decisão própria (respectivamente). No terceiro, optamos por considerar que todas as crianças e adolescentes serão consideradas atendidas diretas, uma vez que toda a família é alvo de atenção e intervenção.

Para os demais serviços, a Associação entende que apenas o público diretamente atendido é parâmetro para receitas, despesas e investimentos (financeiros ou não). Não há qualquer atividade contínua nem possibilidade de avaliação de impacto com outros membros da família que não tenham sido objeto de trabalho e, portanto, igualmente não serão contados.

- (a) Outros - consolidação dos tipos de atendimentos, apresentados por:

Código	Tipo de atendimento	Total
ECD	Atenção direta	1.380
FS	Cuidado parental	1.147
EET	Empregabilidade e Empreendedorismo	566
OA	Outras Atividades	128
ER	Programa de Emergência	996
Total de Outros		4.217

Em 2020 a Aldeias Infantis SOS Brasil encerrou o ano com um quadro de 601 colaboradores ativos (575 em 2019).

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução 2015/ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 16 de março de 2021.



b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como base de valor, com exceção dos bens e serviços recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas Explicativas nºs 7 e 8: Valor residual do ativo imobilizado e propriedade para investimento como também a vida útil;
- Nota Explicativa nº 12: Provisão para demandas judiciais.

e. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 22 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Custo amortizado

Ativos financeiros classificados como custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros que a Associação possui são fornecedores e outros contas a pagar.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Descrição	Anos
Edificações	45
Móveis e utensílios	10
Equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo de aquisição. As propriedades para investimento recebidas em doações são mensurados a valor justo da data da doação. Subsequentemente, são deduzidas de depreciação, calculada com base na vida útil dos bens, adotando os mesmos critérios indicados no item (c) (iii), anterior. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão de a Associação utilizar o custo como base para contabilização.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

h. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui quatro principais tipos de receita: doações internacionais; subsídios governamentais; doações nacionais e aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função de a Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante. Quando o subsídio governamental não é repassado no mês, mas os gastos são incorridos, o valor devido é contabilizado como Recursos a Receber Vinculados a Projetos em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante (Nota Explicativa nº 5);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.

i. Trabalhos voluntários

- Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidades de Lucros, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar;
- As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21.

j. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	159.702	120.769
Aplicações financeiras	12.547.135	11.057.422
Título de capitalização	50.004	50.000
	<u>12.756.841</u>	<u>11.228.191</u>

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação.

Essas aplicações são remunerados, em 2020 e 2019, com base em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sendo remuneradas à taxas que variam entre 77,7% e 98,5%.

5. Recursos vinculados a projetos

	2020	2019
Recebidos - subsídios governamentais (i)	5.047.697	4.120.626
À receber - subsídios governamentais (i)	357.607	892.987
Recebidos - parcerias privadas (ii)	2.083.190	2.664.415
Subsídios governamentais (5.1)	(4.672.778)	(3.911.019)
Parcerias privadas (5.2)	(2.244.870)	(3.223.196)
	<u>570.846</u>	<u>543.813</u>



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

- (i) São recursos recebidos e ou à receber, pela Associação, dos convênios com as entidades governamentais, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados;
- (ii) Referem-se a recursos recebidos que serão utilizados durante o ano de 2021.

Os recursos vinculados estão investidos em aplicações financeiras que referem-se as aplicações e resgates automáticos pelos bancos, remunerados aos índices dos depósitos de poupança.

Associação renovou e firmou novas parcerias privadas e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com a NBC TG 1000 (R1), Seção 24 - Subvenção Governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo é assim apresentado:

	2020	2019
	Convênio e Parcerias	Convênio e Parcerias
5.1 - Subsídios Governamentais		
Subsídios Municipais		
Santa Maria - RS	(203.043)	(1.966)
Juiz de Fora - MG	(173.129)	(203.583)
São Paulo - SP	(484.894)	(484.356)
Caicó - RN	(424.211)	(411.420)
S.B.C - SP	(95.213)	(146.164)
Natal - RN	(15.082)	-
Foz do Iguaçu - PR	(355.617)	(223.747)
Poá - SP	(43.987)	(44.696)
Rio Claro - SP	-	(396.943)
Campinas - SP	(141.952)	(39.789)
Lorena - SP	(22.548)	(7.357)
Porto Alegre - RS	(130.448)	-
Capão da Canoa - RS	(235.144)	(65.174)
Santo Antonio da Patrulha - RS	(92.059)	-
Acari - RN	(23.955)	(13.768)
Poço Branco - RN	(28.801)	(23.961)
Goioerê - PR	(351)	(19.969)
Moreira Sales - PR	(935)	(7.661)
Rancho Alegre - PR	-	(5.443)
Cianorte - PR	(51.912)	(59.018)
Nova Cruz - RN	(1.341)	(1.341)
Jardim do Seridó - RN	(3.746)	(3.746)
Parelhas - RN	(8.483)	(8.483)
Lauro de Freitas - BA	(12.676)	(194.690)
Camaçari - BA	(36.298)	-
Serra Negra do Norte - RN	(5.347)	(163)
Mossoró - RN	(188.607)	(93.433)
Areia Branca - RN	(183.153)	(113.105)
João Pessoa - PB	(46.586)	(77.675)
Igarassu - PE	(226.431)	-
Recife - PE	(93.275)	(86.038)
Manaus - AM	(219.215)	(189.305)
Carnaúba dos Dantas - RN	(26.621)	(26.620)
Assu - RN	(3.064)	(3.063)
Subtotal	(3.578.124)	(2.952.677)



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

	2020	2019
	Convênio e Parcerias	Convênio e Parcerias
5.1 - Subsídios Governamentais		
Subsídios Estaduais		
Caicó - RN	(60.390)	(32.145)
Poá - SP	(37.013)	(3.616)
Rio Claro - SP	-	(3.860)
S.B.C - SP	(7.051)	-
Lauro de Freitas - BA	(8.727)	(65.048)
Igarassu - PE	(40.660)	-
Goioere - PR	(67.138)	(100.303)
Brasília - DF	(1.474)	(6.916)
Subtotal	<u>(222.453)</u>	<u>(211.888)</u>
Subsídios Federais		
Caicó - RN	(9.931)	-
Lauro de Freitas - BA	(34.228)	(49.026)
Camaçari - BA	-	(83.209)
Limeira - SP	(61.759)	(35.463)
Poá - SP	(8.056)	(24)
Rio Claro - SP	-	(103.907)
Lorena - SP	(17.465)	(5.570)
Igarassu - PE	(64.237)	(413.398)
Paulista - PE	(505.532)	
João Pessoa - PB	(58.765)	
São Paulo - SP	(75.455)	(3.371)
S.B.C - SP	(31.708)	(47.421)
Foz do Iguaçu - PR	(5.065)	(5.065)
Subtotal	<u>(872.201)</u>	<u>(746.454)</u>
Total	<u><u>(4.672.778)</u></u>	<u><u>(3.911.019)</u></u>

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

	2020	2019
	Convênio e Parcerias	Convênio e Parcerias
5.2 - Parcerias Privadas		
Fundação Prada	(133.410)	(50.000)
Herbalife	(60.669)	(178.668)
Instituto Coca-Cola	-	(4.774)
Fundação Telefônica	(17.326)	-
Passos para a Cidadania	(51.270)	(22.476)
Centro Saúde Lis Mosekilde	(295.977)	(1.200.159)
Mapfre	(203.763)	(165.913)
Programa Escoteiros RJ	-	(2.531)
Embaixada Americana	-	(54.027)
Embaixada do Canadá	(20.458)	-
AkzoNobel	(57.428)	(33.779)
IKMR	-	(6.339)
UPS	(102.769)	(1.597)
UNICEF Roraina	-	(660.367)
UNICEF Manaus	(569.388)	(725.382)
ACNUR	(554.095)	(117.184)
Marcenaria Move	(24.928)	-
Fundação CEPISA	(53.731)	-
Ford GlobalGiving	(26.164)	-
Itaipu	(25.917)	-
Programa Escoteiros	(1.721)	-
Allianz	(45.856)	-
Total	<u>(2.244.870)</u>	<u>(3.223.196)</u>
Total geral	<u><u>(6.917.648)</u></u>	<u><u>(7.134.215)</u></u>

6. Contas de poupança - aportes de padrinhos

	2020	2019
Contas de poupança - Ativo	1.416.304	1.478.835
Contas de poupança - Passivo	(1.416.304)	(1.478.835)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Por se tratar de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, uma obrigação por montante equivalente às contas de poupança, são registrados em conta redutora, apresentando-as pelo valor líquido.

7. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem o valor do aluguel corrigido anualmente por indexadores que refletem a inflação do período. Renovações subseqüentes são negociadas com o arrendatário. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

As movimentações dos custos, da depreciação e da baixa nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Movimentação no exercício de 2020

	Saldos em 2019 (R\$)	Adições	Saldos em 2020 (R\$)
Custo			
Brasília (DF)	1.085.559	-	1.085.559
Goioerê (PR)	249.515	-	249.515
Manaus (AM)	157.468	-	157.468
João Pessoa (PB) II	74.867	-	74.867
Juiz de Fora (MG)	137.327	-	137.327
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	-	2.175.200
Porto Alegre (RS)	133.619	-	133.619
Poá (SP)	356.471	-	356.471
São Paulo (SP)	80.895	-	80.895
Total custos	4.450.921	-	4.450.921
Depreciação			
Brasília (DF)	(1.085.559)	-	(1.085.559)
Goioerê (PR)	(132.643)	(4.068)	(136.711)
Manaus (AM)	(49.531)	(3.242)	(52.773)
João Pessoa (PB) II	(25.429)	(1.541)	(26.970)
Juiz de Fora (MG)	(68.210)	(2.828)	(71.038)
Rio de Janeiro (RJ)	(931.779)	(35.536)	(967.315)
Porto Alegre (RS)	(62.988)	(2.751)	(65.739)
Poá (SP)	(167.546)	(8.073)	(175.619)
São Paulo (SP)	(42.113)	(1.295)	(43.408)
Total da depreciação	(2.565.798)	(59.334)	(2.625.132)
Saldo líquido	1.885.123	(59.334)	1.825.789

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Movimentação no exercício de 2019

	Saldos em 2018 (R\$)	Adições	Saldos em 2019 (R\$)
Custo			
Brasília (DF)	1.085.559	-	1.085.559
Goioerê (PR)	249.515	-	249.515
Manaus (AM)	157.468	-	157.468
João Pessoa (PB) II	74.867	-	74.867
Juiz de Fora (MG)	137.327	-	137.327
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	-	2.175.200
Porto Alegre (RS)	133.619	-	133.619
Poá (SP)	356.471	-	356.471
São Paulo (SP)	80.895	-	80.895
Total custos	4.450.921	-	4.450.921
Depreciação			
Brasília (DF)	(1.085.559)	-	(1.085.559)
Goioerê (PR)	(128.579)	(4.064)	(132.643)
Manaus (AM)	(46.289)	(3.242)	(49.531)
João Pessoa (PB) II	(23.888)	(1.541)	(25.429)
Juiz de Fora (MG)	(65.382)	(2.828)	(68.210)
Rio de Janeiro (RJ)	(896.243)	(35.536)	(931.779)
Porto Alegre (RS)	(60.237)	(2.751)	(62.988)
Poá (SP)	(159.473)	(8.073)	(167.546)
São Paulo (SP)	(40.818)	(1.295)	(42.113)
Total da depreciação	(2.506.468)	(59.330)	(2.565.798)
Saldo líquido	1.944.453	(59.330)	1.885.123

As rendas de aluguéis das propriedades para investimento reconhecidas no resultado em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 2.457.033 (R\$ 2.508.876 em 2019).

8. Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Movimentação no exercício de 2020

Descrição	Saldos em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 2020
Custo					
Terrenos	1.643.222	-	-	-	1.643.222
Edifícios (a)	19.117.199	-	-	473.135	19.590.334
Móveis e utensílios	1.093.099	110.701	(98.648)	-	1.105.152
Veículos	1.333.794	33.900	(72.062)	-	1.295.632
Equipamentos e computadores	4.748.124	407.851	(92.624)	-	5.063.351
Obras em andamento (a)	187.715	285.420	-	(473.135)	-
Total do custo	28.123.153	837.872	(263.334)	-	28.697.691
Depreciação					
Edifícios	(6.247.818)	(493.446)	-	-	(6.741.264)
Móveis e utensílios	(812.874)	(67.836)	73.228	-	(807.482)
Veículos	(983.508)	(128.327)	45.521	-	(1.066.314)
Equipamentos e computadores	(3.649.329)	(337.093)	67.754	-	(3.918.668)
Total da depreciação	(11.693.529)	(1.026.702)	186.503	-	(12.533.728)
Saldo líquido	16.429.624	(188.830)	(76.831)	-	16.163.963



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Movimentação no exercício de 2019

Descrição	Saldos em 2018	Adições	Baixas	Saldos em 2019
Custo				
Terrenos (a)	396.351	1.290.721	(43.850)	1.643.222
Edifícios (b)	18.441.747	904.850	(229.398)	19.117.199
Móveis e utensílios	1.103.597	32.365	(42.863)	1.093.099
Veículos	1.266.169	204.351	(136.726)	1.333.794
Equipamentos e computadores	4.607.153	190.695	(49.724)	4.748.124
Obras em andamento (a)	-	187.715	-	187.715
Total do custo	25.815.017	2.810.697	(502.561)	28.123.153
Depreciação				
Edifícios	(5.876.135)	(459.764)	88.081	(6.247.818)
Móveis e utensílios	(795.323)	(66.801)	49.250	(812.874)
Veículos	(982.694)	(137.540)	136.726	(983.508)
Equipamentos e computadores	(3.339.364)	(345.718)	35.753	(3.649.329)
Total da depreciação	(10.993.516)	(1.009.823)	309.810	(11.693.529)
Saldo líquido	14.821.501	1.800.874	(192.751)	16.429.624

(a) Em 2020 foi concluída a obra do centro comunitário Lis Mosekilde, de acordo com laudo técnico de conclusão.

9. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de mercadorias e serviços destinados a operação de captação de recurso e atendimento no acolhimento e fortalecimento das crianças e adolescentes.

	2020	2019
Fornecedores - Captação de Recurso	856.596	555.237
Fornecedores - Acolhimento e Fortalecimento	76.246	177.900
	932.842	733.137

10. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão e encargos sociais s/férias	2.444.596	2.430.859
Salários e ordenados a pagar	388.437	626.456
	2.833.033	3.057.315

11. Receita diferida

	2020	2019
Receita diferida (passivo circulante)	449.136	379.020
Receita diferida (passivo não circulante) (a)	5.381.762	5.172.078
	5.830.898	5.551.098



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

- (a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(g), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo circulante e no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo do ativo imobilizado.

As principais imobilizações realizadas com recursos vinculados foram:

Programa	2019	Depreciação	Adição	Baixa	2020
Igarassu (PE)	2.555.516	(75.175)	-	-	2.480.341
Igarassu - Reforma (PE)	831.776	(19.114)	-	-	812.662
Araçoiaba (PE)	283.286	(45.957)	344.674	-	582.003
Manaus (AM)	476.754	(22.240)	-	-	454.514
João Pessoa (PB)	25.902	(4.482)	-	-	21.420
Porto Alegre (RS)	837.935	(188.851)	101.596	(3.350)	747.330
Santa Maria (RS)	2.554	(563)	-	-	1.991
Juiz de Fora (MG)	1.909	(728)	-	-	1.181
Caicó (RN)	41.078	(9.885)	13.803	-	44.996
Foz do Iguaçu (PR)	163.359	(50.510)	38.652	-	151.501
Cianorte (PR)	17.870	(2.596)	7.074	-	22.348
Maceio (AL)	6.627	(6.627)	-	-	-
Goioere (PR)	43.949	(7.268)	5.100	-	41.781
Lauro Freitas (BA)	26.817	(4.939)	47.859	-	69.737
Salvador (BA)	1.752	(189)	-	-	1.563
Brasília (DF)	41.745	(5.027)	-	-	36.718
São Paulo (SP)	17.285	(3.266)	17.406	-	31.425
Limeira (SP)	3.708	(1.132)	16.560	-	19.136
Poá (SP)	1.501	(150)	-	-	1.351
S.B.C (SP)	66.641	(7.916)	31.196	-	89.921
Rio de Janeiro (RJ)	1.697	(195)	-	-	1.502
Rio Claro (SP)	3.079	(243)	-	(2.836)	-
Refugiados Venezuelanos	98.358	14.973	106.782	(2.636)	217.477
	<u>5.551.098</u>	<u>(442.078)</u>	<u>730.700</u>	<u>(8.822)</u>	<u>5.830.898</u>

12. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações dos depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais nos exercícios de 2020 e 2019, são correlacionados e apresentados pelo líquido, conforme quadro abaixo:

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020			
	Depósitos judiciais	Demandas judiciais	Depósitos judiciais líquido	Demandas judiciais líquido
Trabalhista (a)	61.367	(33.452)	27.915	-
Trabalhista (b)	-	(82.714)	-	(82.714)
Trabalhista (c)	10.269	-	10.269	-
INSS (c)	2.051.647	-	2.051.647	-
Cível/Tributário (c)	313.621	-	313.621	-
Cível (b)	-	(431.386)	-	(431.386)
	<u>2.436.904</u>	<u>(547.552)</u>	<u>2.403.452</u>	<u>(514.100)</u>

	2019			
	Depósitos judiciais	Demandas judiciais	Depósitos judiciais líquido	Demandas judiciais líquido
Trabalhista (a)	126.719	(158.131)	-	(31.412)
Trabalhista (b)	-	(207.352)	-	(207.352)
Trabalhista (c)	16.576	-	16.576	-
INSS (c)	2.010.891	-	2.010.891	-
Cível/Tributário (c)	311.294	-	311.294	-
Cível (b)	-	(383.015)	-	(383.015)
	<u>2.465.480</u>	<u>(748.498)</u>	<u>2.338.761</u>	<u>(621.779)</u>

- (a) Provisão para demandas judiciais, líquidas os depósitos judiciais correspondente;
 (b) Provisão para demandas judiciais que não possuem depósito judicial correlato;
 (c) Depósitos judiciais que não possuem demandas judiciais correlatas provisionadas.

Movimentação das demandas judiciais

	2019			2020		
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	365.483	41.487	(123.093)	(205.596)	37.885	116.166
Cível/Tributário	383.015	4.935	-	-	43.436	431.386
	<u>748.498</u>	<u>46.422</u>	<u>(123.093)</u>	<u>(205.596)</u>	<u>81.321</u>	<u>547.552</u>

	2018			2019		
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	306.945	151.186	(15.784)	(119.737)	42.873	365.483
INSS	2.085.325	-	(2.085.325)	-	-	-
Cível/Tributário	-	383.015	-	-	-	383.015
	<u>2.392.270</u>	<u>534.201</u>	<u>(2.101.109)</u>	<u>(119.737)</u>	<u>42.873</u>	<u>748.498</u>

Movimentação dos depósitos judiciais:

	2019			2020		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo final	
Trabalhistas	238.969	18.966	(86.542)	2.500	173.893	
INSS	2.010.891	-	-	40.756	2.051.647	
Cível/Tributário	215.620	1.259	(12.818)	7.303	211.364	
	<u>2.465.480</u>	<u>20.225</u>	<u>(99.360)</u>	<u>50.559</u>	<u>2.436.904</u>	



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

	2018		2019		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	279.583	151.701	(207.396)	15.081	238.969
INSS	2.085.325	-	(74.434)	-	2.010.891
Cível/Tributário	136.088	35.920	-	43.612	215.620
	<u>2.500.996</u>	<u>187.621</u>	<u>(281.830)</u>	<u>58.693</u>	<u>2.465.480</u>

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

Demandas judiciais de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária/cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 734.983 (R\$ 442.525 em 2019) e R\$ 3.096.121 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.742.286 em 2019), respectivamente.

13. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação foi inicialmente constituído por doações e formado pelo superavit acumulado.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

14. Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS - Kinderdorf International.



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Em relação às operações realizadas no exercício de 2020, a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R\$ 9.354.553 (R\$ 8.194.956 em 2019). Os valores recebidos nos exercícios de 2020 e 2019 são apresentados na Nota Explicativa nº 15.1.

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020, a Associação possui R\$ 5.830.898, sendo que R\$ 4.306.112, são de fundos internacionais (R\$ 5.551.098, sendo que 4.584.910, são de fundos internacionais em 2019) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11).

15. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

16. Receita

16.1. Doações internacionais entre partes relacionadas

	2020	2019
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	6.369.654	6.025.580
SOS - Espanha	177.863	195.581
SOS - PSA MB Fee	2.394.394	1.694.996
Fundos Públicos HGFD	114.500	-
Outras	278.799	278.799
Total de doações internacionais entre partes relacionadas	<u>9.335.210</u>	<u>8.194.956</u>
Padrinhos Viena	<u>1.265.337</u>	<u>1.458.563</u>
Total de doações internacionais	<u>10.600.547</u>	<u>9.653.519</u>



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

16.2. Subsídios governamentais

<u>Subsídios Municipais</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
São Paulo - SP	2.517.567	3.617.752
São Bernardo do Campo - SP	1.787.555	1.582.584
Poá - SP	904.567	877.929
Campinas - SP	2.662.457	2.293.642
Juiz de Fora - MG	1.011.754	1.387.881
Foz do Iguaçu - PR	1.713.475	1.828.605
Porto Alegre - RS	1.495.258	1.383.667
Santo Antonio da Patrulha - RS	634.327	-
Rio Claro - SP	534.903	1.848.781
Natal - RN	729.575	832.157
Santa Maria - RS	646.443	834.608
Caçapava - SP	-	32.747
Lorena - SP	866.728	825.306
Limeira - SP	1.425.202	1.477.797
Goioerê - PR	324.277	308.701
Mossoró - RN	241.826	211.731
Igarassu - PE	64.410	418.810
Caicó - RN	491.709	481.148
Areia Branca - RN	238.461	236.833
Recife - PE	648.079	544.359
João Pessoa - PB	365.525	460.091
Quarto Centenário - PR	369	24.059
Rancho Alegre - PR	48.016	-
Moreira Sales - PR	89.398	-
Serra Negra do Norte - RN	54.765	-
Acari - RN	29.263	-
Lauro de Freitas - BA	451.318	469.729
Camaçari - BA	442.634	-
Poço Branco - RN	1.210	2.199
Cianorte - PR	422.998	349.604
Capão da Canoa - RS	1.190.192	900.601
Manaus - AM	314.761	223.352
Outras	146.363	233.486
Subtotal	<u>22.495.385</u>	<u>23.688.159</u>

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Subsídios Estaduais		
Caicó - RN	19.791	38.832
Lauro de Freitas - BA	116.296	125.075
Brasília - DF	10.182	196.044
Poá - SP	95.559	136.461
Manaus - AM	-	42.490
Igarassu - PE	419.536	-
Lorena - SP	-	17.859
Rio Claro - SP	2.809	51.200
São Bernardo do Campo - SP	70.049	
Foz do Iguaçu - PR	2.039	85.280
Goioere - PR	31.344	
Porto Alegre - RS	14.170	14.170
Subtotal	781.775	707.411
Subsídios Federais		
Caicó - RN	70.080	125.650
Lauro de Freitas - BA	35.230	27.405
Camaçari - BA	195.852	489.318
Poá - SP	71.542	290.053
São Paulo - SP	67.982	65.085
S.B.C - SP	322.795	450.674
Santa Maria - RS	-	1.085
Rio Claro - SP	132.076	305.001
Foz do Iguaçu - PR	14.476	14.411
Igarassu - PE	139.768	134.297
João Pessoa - PB	41.259	-
Lorena - SP	147.123	114.426
Rio de Janeiro - RJ	-	65
Paulista - PE	-	42.851
Limeira - SP	489.784	403.968
Subtotal	1.727.967	2.464.289
Total de subsídios governamentais	25.005.127	26.859.859

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

16.3. Doações nacionais

	2020	2019
Amigos	12.318.230	10.433.845
Empresas	1.188.185	1.063.866
Coca-Cola	106.179	64.848
Embaixada da Austrália	-	19.639
Fundação Prada	25.003	80.000
AkzoNobel	49.710	54.415
Telefônica	96.574	98
Fundação CEPISA	14.841	-
Ford GlobalGiving	111.221	-
Itaipu	28.478	-
Apsen Farmacêutica	19.118	-
Malvee	61.740	-
Fundação Itaú	225.000	-
Fundações filantrópicas	110.976	56.504
UNICEF Roraima	1.091.835	48.218
UNICEF Manaus	2.652.749	-
ACNUR	2.114.567	3.664.314
Conrado Wessel	260.000	180.000
Herbalife	218.163	71.525
Centro Saúde Lis Mosekilde	609.140	252.199
UPS	9.868	3.193
Escoteiros RJ	4.990	15.469
Passos para a Cidadania	39.638	33.124
Outros	-	2.283
Mercadorias	6.498.622	536.429
Eventos e produtos	320.717	277.433
Total de doações nacionais	28.175.544	16.857.402

Doações nacionais de fundações filantrópicas: em 2020 foi renovado o plano emergencial para atendimento aos refugiados venezuelanos em parceria com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), gerando um montante de doações nacionais de fundações filantrópicas de R\$ 2.114.567 (R\$ 3.664.314 em 2019).

Em 2020, foi renovado entre a Associação e UNICEF, o acordo do programa de cooperação, destinado aos cuidados residenciais entornos familiares, no plano de emergência, destinados aos refugiados venezuelanos nas localidades de Roraima e Manaus, gerando um montante de doações de fundações filantrópicas de R\$ 2.652.749 em Manaus e R\$ 1.091.835 (R\$ 48.218 em 2019) em Roraima.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Doações nacionais em mercadoria: em 2020 para enfrentamento da pandemia do COVID-19 a Associação promoveu inúmeras campanhas para doação de alimentos, produtos de higiene, limpeza e máscaras para distribuição nas casas lares e comunidade.

17. Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários e encargos sociais	(27.067.360)	(24.858.532)
Benefícios	(4.577.098)	(3.886.131)
Indenizações	(418.972)	(473.579)
	<u>(32.063.430)</u>	<u>(29.218.242)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de terceiros	(3.749.236)	(4.160.698)
Despesas com alimentação (b)	(5.036.403)	(3.341.349)
Manutenção, conservação e reparo	(2.184.594)	(2.603.347)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.826.637)	(1.962.038)
Veículos e conduções	(1.053.926)	(1.677.866)
Aluguéis	(2.159.785)	(1.885.829)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(2.473.791)	(1.272.562)
Membresia SOS (a)	(2.394.394)	(1.694.996)
Materiais de escritório, higiene e limpeza (b)	(2.479.708)	(1.132.828)
Despesas com casa lar	(294.246)	(409.675)
Consultoria	(292.388)	(220.822)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(23.120)	(117.732)
Outras (b)	(2.106.359)	(1.109.700)
	<u>(26.074.587)</u>	<u>(21.589.442)</u>

- (a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2020 e 2019 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais;
- (b) Em 2020 para o enfrentamento da pandemia do COVID-19 a Associação promoveu inúmeras campanhas para doação de alimentos, produtos de higiene, limpeza e máscaras para distribuição nas casas lares e comunidade, o que justifica o incremento em relação ao ano de 2019.



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

19. Despesas com captação de doações voluntárias

	2020	2019
Serviço de captação de doações voluntárias - Face to Face	(5.833.902)	(6.756.209)
Publicidade e comunicação	(635.723)	(905.194)
	<u>(6.469.625)</u>	<u>(7.661.403)</u>

20. Outras receitas operacionais líquidas

	2020	2019
Baixa de provisão de férias	554.304	-
Reversão e baixa de provisão para demandas judiciais	328.689	2.220.846
Outras entradas/saídas	115.558	(262.642)
Atualização para demanda judiciais	81.321	42.873
Receita na venda de ativo imobilizado	57.928	8.748.500
Atualização de depósito judicial	50.559	58.693
Constituição de provisão para demanda judicial	(46.422)	(534.201)
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(76.831)	(196.791)
	<u>1.065.106</u>	<u>10.077.278</u>

21. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(666.417)	(567.958)
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	280.822	509.952
	<u>(385.595)</u>	<u>(58.006)</u>

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente, queda de rentabilidade, impactado principalmente pela taxa Selic .

22. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios de 2020 e 2019.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Descrição	2020		Total
	Conselho Diretor	Conselho Fiscal	
Honorário profissionais internos	593.009	128.888	721.897

Descrição	2019		Total
	Conselho Diretor	Conselho Fiscal	
Honorário profissionais internos	568.943	123.657	692.600

No trabalho desenvolvido pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal foi tomado como base o valor hora dos membros do Conselho de Administração, conforme divulgado pelo estudo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

23. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis era de:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	159.702	120.769
Aplicações em fundos de investimentos	4	12.547.135	11.057.422
Título de capitalização	4	50.004	50.000
		<u>12.756.841</u>	<u>11.228.191</u>

	Nota	2020	2019
Contas de Poupança - Ativo	6	1.416.304	1.478.835

	Nota	2020	2019
Depósito judicial	12	2.436.904	2.465.480

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2020 saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras R\$ 12.756.841 (R\$ 11.228.191 em 2019) frente ao passivo circulante na mesma data base de R\$ 4.518.271 (R\$ 4.513.891 em 2019) o que representa uma liquidez livre de R\$ 8.238.570 (liquidez livre de R\$ 6.714.300 em 2019).



As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 932.842 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 733.137 em 2019), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - nível 2

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:	2020	2019
Aplicações em fundos de investimentos	12.547.135	11.057.422



24. Imunidade tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades:

- Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451, de 20 de janeiro de 2004, validade até 24/02/2022;
- Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.064, de 17 de agosto de 1992, alterado pelo Decreto nº 43.302, de 04 de junho 2003, validade até 02 de abril de 2023;
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos por meio ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade por tempo indeterminado);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP, registro nº 0162/1994, com validade até 22 de novembro de 2021;
- Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2022.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2015 e em processo de renovação.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- Não percebam seus Diretores, Conselheiros, Sócios, Instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

- Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Apresente as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais (despesas com pessoal, administrativas e gerais, e despesas com captação de doações voluntárias) na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 64.607.642 em 2020 (R\$ 58.469.087 em 2019), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 4.385.410 em 2020 (R\$ 4.044.655 em 2019).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

25. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%);
- Incidentes sobre a folha de pagamento (PIS 1%).

26. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

A Associação em 2020, solicitou via processo administrativo, junto a Receita Federal do Brasil, a restituição dos valores recolhidos nos últimos 5 anos de contribuição do PIS sobre a folha de pagamento, baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal, em que as entidades beneficiante de assistência social que atendam os requisitos legais, são imunes a contribuição do PIS, inclusive sobre a folha de pagamento.

Em 2020, A Associação teve o conhecimento do testamento público, que consiste em bens imóveis (dois apartamentos no município do Rio de Janeiro) e R\$ 401.810 em ativos financeiros, conforme declaração de imposto de renda 2019 pelo testador, sendo distribuído, 50% para Associação e 50% para outra instituição, o processo encontra se em fase de cumprimento de testamento.

Pedro Paulo Elejalde de Campos
Diretor-Presidente

Alberto Guimarães dos Santos
Gestor Nacional

ANDREA VERONICA HUGGARD CAINE
Assinado de forma digital por
ANDREA VERONICA HUGGARD
CAINE RETI:95153870863
Dados: 2021.03.10 10:48:42
-03'00'

Andrea Veronica Huggard Caine Reti
Diretora Tesoureira

FABIO DA SILVA SANTOS:30680874810
Assinado de forma digital por
FABIO DA SILVA
SANTOS:30680874810
Dados: 2021.03.10 16:54:11 -03'00'

Fábio da Silva Santos
Contador CRC 1SP276273/O-0